



POLÍTICA
URBANA

NOTA TÉCNICA
Nº 37/2026

A proposta de revitalização do antigo Complexo da Escola de Engenharia da UFMG



Tainá França Verona; Pedro Araújo Castro

N 37.



DIRETORIA GERAL

Christian Aquino Cota

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Frederico Stefano de Oliveira Arrieiro

DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA

Bruno Dias Lana

CAPA

Larissa Metzker

Gustavo Ziviani

Yasmin Schiess

Seção de Criação Visual

Superintendência de Comunicação Institucional

PESQUISA DE LEGISLAÇÃO

Divisão de Instrução e Pesquisa

AUTORIA

Tainá França Verona

Engenheira Civil

Pedro Araújo Castro

Consultor Legislativo de Administração Pública,

Orçamento e Finanças

CONTATO: divcol@cmbh.mg.gov.br

URL: www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes

Conforme a Deliberação da Mesa Diretora nº 4, de 2026, compete à Divisão de Consultoria Legislativa, entre outras atividades, elaborar textos técnicos, artigos, relatórios e outras peças informativas, bem como prestar assessoramento técnico às comissões, à Mesa Diretora e aos vereadores. Todos os Estudos e Notas Técnicas são produzidos em atendimento a solicitação de vereadora, de vereador, de comissão ou da Mesa Diretora.

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial da Câmara Municipal de Belo Horizonte ou da sua Divisão de Consultoria Legislativa.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

VERONA, Tainá França; CASTRO, Pedro Araújo.

Nota Técnica nº 37/2026: A proposta de revitalização do antigo Complexo da Escola de Engenharia da UFMG Divisão de Consultoria Legislativa/Câmara Municipal de Belo Horizonte, Agosto 2026. Disponível em:

<www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes>.

Acesso em: DD mmm. AAAA.



POLÍTICA
URBANA

NOTA TÉCNICA
Nº 37/2026

A proposta de revitalização do antigo Complexo da Escola de Engenharia da UFMG

Tainá França Verona; Pedro Araújo Castro

Nº 37.

1. Dados da Audiência Pública

Requerimento de Comissão nº 3060/2026

Finalidade da Audiência Pública: Debater o projeto da Prefeitura de Belo Horizonte referente à revitalização e ocupação do antigo complexo da Escola de Engenharia da UFMG, bem como seus impactos urbanísticos, patrimoniais, culturais e econômicos.

Comissão de Administração Pública e Segurança Pública

Autoria do requerimento: Vereador Uner Augusto

Data, horário e local: 26/08/2026, às 13:30h, no Plenário Camil Caram

2. Introdução

A Escola de Engenharia foi instituída em 1911 e sua primeira sede foi o prédio onde hoje se encontra o Centro Cultural da UFMG, na Rua Santos Dumont, 174. Na década de 1950, foi iniciada a construção de uma nova sede, tendo sido inaugurada em 1959. O Edifício Arthur Guimarães, na Rua Espírito Santo, 35, foi o primeiro prédio do que ficaria posteriormente conhecido como o complexo da Escola de Engenharia. Posteriormente, foi sendo ampliado com a construção do Prédio Álvaro da Silveira na Avenida do Contorno, 842, oficinas e demais edificações.

Durante 50 anos as aulas de graduação e pós-graduação dos diversos cursos de engenharia ocorreram nos prédios desse conhecido complexo. Devido à importância histórica, bem como à sua proximidade com a Praça Rui Barbosa – a Praça da Estação –, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) incluiu no tombamento do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa algumas das edificações do complexo, como o prédio centenário localizado na esquina das ruas da Bahia com Guaicurus (antigo Instituto de Eletrotécnica). Além disso, foi delimitada uma área de proteção no entorno para preservar a visibilidade, impondo restrições para modificações nas fachadas e volume dos imóveis.

No nível municipal, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) realizou o tombamento da fachada, volumetria e elementos constitutivos da arquitetura do Edifício Arthur Guimarães, que foi protegido por representar uma fase de expansão da arquitetura moderna universitária no hipercentro da capital em meados do século XX.

Em 2010, no entanto, a sede da Escola de Engenharia foi transferida para os edifícios construídos no Campus Pampulha da UFMG. Desde então, o complexo tem estado abandonado, sem nenhuma manutenção de sua estrutura e sendo alvo de diversas incertezas sobre seu futuro.

Em 2016, foi firmado um acordo entre a União e Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região (TRT3) que cedeu por 10 anos o uso e manutenção dos prédios do complexo ao Tribunal, que pretendia instalar varas de primeira instância no local. Foram realizadas intervenções na Oficina Cristiano Otoni e no Pavilhão Mário Werneck, mas o plano de mudar o Fórum Trabalhista para o local foi abandonado e o edifício Arthur Guimarães e anexos entraram em processo de degradação.

O TRT-3 devolveu à União o prédio do antigo restaurante universitário, localizado na esquina das ruas Guaicurus e Espírito Santo e, em julho de 2020, o imóvel foi cedido à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para a instalação de um Centro de Saúde. Em 2021, foi oficializada desistência de ocupação do edifício principal (Rua Espírito Santo) e os blocos voltados para a Av. do Contorno. No entanto, a devolução à União foi formalizada apenas em 2025.

Desde a desistência por parte do TRT-3, foram sendo aventadas possibilidades para retrofit e reocupação desse espaço. Em 2023, o então prefeito Fuad Noman solicitou à União a cessão dos edifícios do complexo para realização de um retrofit habitacional, de forma a transformar os blocos em moradias populares.

Outra proposta para os prédios do complexo surgiu em 2025, liderada por uma agência de atração de investimentos, Invest BH. O projeto previa transformar os prédios da Engenharia em um polo de empresas de alta tecnologia, laboratórios de análises e startups farmacêuticas.

Em julho de 2026, foi concedida à Prefeitura de Belo Horizonte a guarda provisória do complexo por um ano, autorizando PBH a vigiar e projetar a intervenção, enquanto o TRT-3 manteve seu Centro Cultural e Escola Judicial já instalados no local. O projeto atual é a centralização administrativa da prefeitura, com inspiração na Praça das Artes de São Paulo, com reforma nos edifícios Arthur Guimarães (Rua Espírito Santo) e Álvaro da Silveira (Av. do Contorno) para abrigar secretarias municipais e comércio nos pavimentos térreos e implantação de uma praça e um centro cultural, conectando as ruas Guaicurus, da Bahia, Espírito Santo e a Av. dos Andradas.

3. O projeto de retrofit da PBH

O reaproveitamento do complexo da Escola de Engenharia da UFMG, também conhecido como Quarteirão 26, apresenta grande potencial transformador para a região. A transferência da guarda provisória da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para a Prefeitura de Belo Horizonte viabiliza a recuperação de extensa área construída, permitindo ao município concentrar servidores em edifícios próprios. Sob a perspectiva da economia do setor público, essa centralização reduz substancialmente os custos recorrentes da administração com aluguéis de imóveis privados dispersos, ao mesmo tempo em que revaloriza um ativo imobiliário público que se encontrava em processo de deterioração.

Além dos impactos diretos devidos à realocação do funcionalismo público municipal, a proposta de uso misto — articulando o uso institucional nos pavimentos superiores com áreas comerciais, gastronômicas e culturais abertas ao público nos térreos — tem o potencial de gerar dinamismo na região da Rua dos Guaicurus e da Avenida do Contorno. A circulação constante de

servidores somada ao fluxo de pedestres atraídos por lojas, cafés e praças internas reduz a vacância comercial do entorno, eleva o valor dos imóveis vizinhos, estimula o setor de serviços e amplia a arrecadação municipal. Adicionalmente, o aproveitamento de uma infraestrutura urbana e de transporte já consolidada evita o elevado custo associado à expansão da infraestrutura pública em zonas periféricas.

Por outro lado, o projeto apresenta gargalos e riscos econômico-financeiros significativos. O montante estimado para as obras de retrofit e readequação exige expressivo aporte de capital público inicial em um cenário de restrições orçamentárias. Obras de restauração e retrofit em edifícios históricos e com alto grau de abandono carregam um elevado risco de estouro de orçamento e dilação de prazos, decorrentes de incompatibilidades estruturais imprevistas e rigor normativo das diretrizes de tombamento. Ademais, a manutenção dos espaços públicos e os custos operacionais do complexo podem se tornar um passivo permanente para os cofres municipais caso não haja um modelo eficiente de monetização das áreas comerciais.

3.1 Revitalização

A revitalização de espaços urbanos históricos representa um dos desafios mais complexos da economia urbana contemporânea, especialmente quando se trata de imóveis de grande relevância patrimonial localizados em áreas centrais densas.

O Hipercentro de Belo Horizonte, onde o Quarteirão 26 está situado, apresenta elevado potencial de geração de aglomerações produtivas. A questão central é compreender como diferentes estratégias de ocupação podem contribuir para o adensamento de externalidades positivas que caracterizam cidades bem-sucedidas. Isso inclui considerações sobre capital humano, acesso a amenidades urbanas, diversidade de funções urbanas e criação de ambientes que favoreçam inovação e colaboração entre agentes econômicos.

A concentração espacial de empresas, trabalhadores e instituições em cidades densas produz ganhos de produtividade superiores àqueles que seriam observados em locais dispersos. Estes ganhos resultam de três fontes principais: compartilhamento de infraestrutura e fornecedores especializados, mercados de trabalho mais profundos e transferência de conhecimento através de interações face-a-face.

No contexto do Quarteirão 26, essas economias de aglomeração já são parcialmente realizadas pela proximidade com outras instituições públicas, comerciais e educacionais, bem como pela acessibilidade via transporte público. O espaço, que atualmente é subutilizado, representa um desperdício dessa localização privilegiada. Qualquer estratégia de revitalização deve, portanto, ser avaliada à luz de sua capacidade de intensificar essas economias de aglomeração, potencializando sinergias com outras atividades urbanas ao seu redor.

Uma consideração importante é que as cidades bem-sucedidas tendem a combinar múltiplas funções urbanas nos mesmos espaços ou em proximidade próxima. A heterogeneidade funcional reduz custos de transação para residentes e trabalhadores e torna a ocupação do espaço público economicamente mais resiliente.

3.2 Gentrificação

Não obstante os potenciais ganhos econômicos da revitalização, é necessário examinar criticamente o fenômeno conhecido como gentrificação. Processos de revitalização podem resultar em deslocamento forçado de populações de menor renda, redução da diversidade funcional e social, e concentração de benefícios econômicos entre proprietários de imóveis e investidores de capital.

Para Belo Horizonte, essa preocupação é relevante considerando que o Hipercentro já apresenta dinâmicas complexas de desigualdade socioespacial. Uma estratégia de revitalização que não inclua mecanismos de inclusão socioeconômica corre o risco de intensificar segregação urbana, reduzindo,

paradoxalmente, a vitalidade econômica de longo prazo que se busca alcançar. Cidades dinâmicas e inovadoras dependem de contextos diversos e socialmente integrados, não de enclaves homogêneos de alta renda.

Portanto, é importante ressaltar que mecanismos redistributivos ou compensatórios são importantes para que o aproveitamento do Quarteirão 26 torne a cidade realmente mais dinâmica econômica e socialmente. Isso pode incluir subsídios cruzados entre usos comerciais de alta rentabilidade e funções de interesse público com menor geração de receita direta, como espaços comunitários, equipamentos culturais ou educacionais de acesso gratuito ou subsidiado.

3.3 Alternativas de Financiamento

Uma consideração econômica fundamental refere-se aos modelos de financiamento viáveis para qualquer estratégia de revitalização. Outras experiências de renovação urbana sugerem que modelos baseados exclusivamente em recursos fiscais municipais tendem a ser insustentáveis, resultando em descontinuidade de projetos quando mudam as prioridades políticas ou ocorrem restrições orçamentárias.

Alternativas de financiamento como Operações Urbanas Consorciadas, Parcerias Público-Privadas, modelos de concessão com subsídios cruzados e instrumentos de captura de mais-valia imobiliária (como o IPTU progressivo ou transferência do direito de construir) poderiam viabilizar projetos que não seriam possíveis com recursos públicos isolados. A escolha do modelo de financiamento impactará significativamente tanto a viabilidade econômica quanto a distribuição de custos e benefícios entre poder público, setor privado e sociedade civil.

3.4 Identidade Histórica

Uma dimensão especialmente relevante do Quarteirão 26 é seu valor histórico e arquitetônico. A preservação do patrimônio não é meramente uma questão cultural, mas também econômica. Conforme demonstrado em estudos de economia urbana sobre revitalização de centros históricos, a autenticidade

arquitetônica e a narrativa histórica associada a um lugar funcionam como ativos não-reproduzíveis que geram valor econômico através de turismo, atração de talento, criação de identidade urbana diferenciada e prêmios de valor imobiliário.

O Quarteirão 26 possui potencial de se tornar um marco de identidade urbana, se adequadamente ativado. Isso requer, contudo, que a preservação histórica não seja entendida como simples musealização do espaço (transformá-lo em artefato inerte do passado), mas como integração criativa entre usos contemporâneos e espaços históricos. Experiências bem-sucedidas de revitalização de centros demonstram que essa integração, quando bem-executada, gera retornos econômicos significativos ao atrair visitantes, residentes e investidores que valorizam contextualidade histórica e autenticidade urbana.

3.5 Acessibilidade

Um fator frequentemente subestimado em análises de revitalização urbana é a qualidade de conectividade e acessibilidade. O Quarteirão 26, situado no Hipercentro, possui vantagem em termos de acesso a transporte público, comércio, serviços e outras instituições. Empreendimentos localizados em pontos de alta conectividade de transporte público tendem a apresentar maior viabilidade econômica.

Para Belo Horizonte, melhorias nas redes de transporte público, ciclovias e infraestrutura de mobilidade ativa (pedestrianismo) complementariam qualquer estratégia de revitalização do Quarteirão 26, maximizando sua capacidade de integração com o restante da malha urbana e reduzindo custos de transação para usuários.

3.6 Sustentabilidade

Toda estratégia de revitalização urbana gera externalidades negativas potenciais que devem ser antecipadas e mitigadas. Aumento de pressão sobre infraestrutura urbana (saneamento, energético, hídrico), congestionamento,

poluição visual e acústica, e deslocamento de populações vulneráveis são riscos comuns.

Para o Quarteirão 26, especificamente, uma consideração importante refere-se à saturação de espaço público em um hipercentro que já apresenta densidade relativamente elevada. É importante que qualquer aproveitamento desse espaço incorpore métricas de sustentabilidade urbana – incluindo gestão de mobilidade, eficiência energética, gestão de resíduos e contribuição positiva à qualidade ambiental urbana –, pois são importantes para avaliar as melhores alternativas para o contexto.

4. O contexto atual de revitalização do centro de BH

O Projeto de Lei nº 574/2025, que propõe a Operação Urbana Simplificada Regeneração dos Bairros do Centro e atualmente está em tramitação na CMBH, estabelece a aplicação de instrumentos de política urbana diferenciados e isenção fiscal a certos tipos de empreendimentos dentro da área central de BH e bairros no entorno. O objetivo é promover a requalificação urbana e maior oferta de moradias numa região onde já existe infraestrutura de transporte público e acessibilidade.

A reforma e nova destinação do complexo da antiga Escola de Engenharia da UFMG, a depender do projeto a ser efetivamente implantado no local, poderia se beneficiar das modificações da legislação urbana proposta no PL. Além disso, a implantação de um empreendimento no local, principalmente a proposta da PBH de reunir secretarias municipais, pode impulsionar o interesse na região e atrair novos investimentos em moradias ou edificações de uso misto que se encaixem nos parâmetros e diretrizes do PL 574/25, uma vez que a recuperação do quarteirão poderia funcionar como um imóvel-âncora para a região.

O PL flexibiliza parâmetros construtivos e de uso do solo para estimular a recuperação de imóveis antigos e degradados. A isenção ou redução de tributos pode, por exemplo, tornar uma possível parceria público-privada (PPP) com a prefeitura mais atraente para investidores privados.

Além disso, o uso misto dos edifícios do Quarteirão 26, reunindo órgãos públicos, que podem chegar a atrair a circulação diária de mais de 2.000 servidores, com comércios no térreo, terá grande influência no aumento do fluxo de pessoas na região da Praça da Estação e da Rua dos Guaicurus, aquecendo o comércio local e aumentando a segurança ostensiva.

Há também na proposta da PBH a implementação de uma praça de 1.700 m², conectando fisicamente a Av. do Contorno, a Rua da Bahia, a Espírito Santo e a Guaicurus. Essa quebra no bloqueio de um quarteirão, que atualmente se encontra mudo e degradado, integrando o fluxo de passageiros vindo do metrô e da Estação Central ao miolo do Hipercentro, pode trazer inúmeros benefícios sociais e econômicos para a região.

Em resumo, a revitalização do Quarteirão 26 tem estreita relação com o planejamento urbano que vem sendo idealizado para o hipercentro de Belo Horizonte, se beneficiando das modificações da legislação proposta e também podendo atuar como um pontapé inicial ou atrativos para mais intervenções e empreendimentos na região.

5. Considerações finais

Desde a mudança da Escola de Engenharia da UFMG para o campus Pampulha, em 2010, os edifícios históricos localizados no hipercentro de Belo Horizonte, próximos à Praça da Estação, têm estado abandonados. Algumas das edificações do Quarteirão 26, como Edifício Arthur Guimarães, foram tombados pelo município. E existem restrições de modificações na região devido ao fato de que estão no entorno do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa, tombado pelo estado de Minas Gerais.

Ao longo dos 15 anos, a responsabilidade de manutenção passou da União para o TRT-3, retornou à União e, atualmente, houve um acordo entre União e PBH, que cedeu a guarda provisória de parte dos edifícios do complexo por um ano. Com os impasses e as incertezas que cercaram esse complexo, que ficou por muitos anos sem a devida manutenção e sem a

circulação de pessoas no local, a deterioração dos prédios e do entorno aumenta a cada ano.

O contrato de guarda provisória entre a Secretaria do Patrimônio da União e a Prefeitura de Belo Horizonte tem duração de um ano, com possibilidade de uma única prorrogação por igual período, período em que a prefeitura ficará responsável apenas por proteger e conservar o imóvel, sem direito de uso, ocupação ou exploração da área.

A ocupação definitiva do complexo pela PBH depende da cessão gratuita de uso pela União, cujo pedido segue em tramitação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A análise deve começar após o fim das restrições da legislação eleitoral.

A proposta da prefeitura, que ainda não teve seus projetos divulgados e ainda está em elaboração, abrange a instalação de secretarias municipais nos andares superiores, estabelecimentos comerciais no térreo e a abertura de uma grande praça no centro, de forma a conectar as ruas do entorno. O objetivo é trazer mais movimentação de pessoas ao centro, com facilitação da mobilidade ativa e acessibilidade, bem como revitalizar a região, cujo abandono atual desperta insegurança na população que passa pelo local.

É importante ressaltar que essa proposta se relaciona diretamente com o planejamento urbano para o hipercentro que está sendo proposto pela PBH nos últimos anos. Com intuito de requalificar a ocupação e revitalizar social e economicamente a região, foram propostos projetos e alterações na legislação para favorecer essa regeneração do centro e bairros no entorno, o maior exemplo atualmente é o PL nº 574/25, em tramitação na CMBH.

Existem diversos benefícios que a reforma e ocupação do Quarteirão 26 pode trazer, mas é importante que a elaboração dos projetos das intervenções que serão feitas no local e seu entorno leve em consideração aspectos como a possibilidade de gentrificação, impacto na mobilidade urbana com o aumento de circulação de pessoas, sustentabilidade ambiental do projeto e os impactos que sua implantação e futura utilização poderá causar em drenagem, poluição

e outros fatores relevantes. Tudo isso para garantir que sejam mitigados os possíveis efeitos negativos e reforçando os positivos.

6. Legislação Correlata

Federal:

- Decreto-lei nº 25/1937 - "Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional."
- Lei nº 10.257/2001 - "Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências."
- Resolução Administrativa n. 173, de 17 de dezembro de 2025 (Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região)

Estadual:

- Lei nº 25.471/2025 - "Dispõe sobre ações de proteção do patrimônio cultural do Estado."

Municipal:

- Lei nº 3.802/1984 - "Organiza a proteção do patrimônio cultural do Município de Belo Horizonte."
- Lei nº 9.725/2009 - "Institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte e dá outras providências."
- Lei nº 10.731/2014 - "Institui a Operação Urbana Simplificada do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais."
- Lei nº 11.783/2024 - "Dispõe sobre regras de licenciamento, regularização, modificação e reconversão de edificações e de projetos e institui medidas de incentivo fiscal para fomentar o fortalecimento do Hipercentro e adjacências como centralidade principal do Município."

- Lei nº 11.181/2019 - "Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências."
- Decreto nº 19.151/2025 - "Regulamenta a Lei nº 11.783, de 6 de dezembro de 2024."

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2026

Pedro Araújo Castro
Consultor Legislativo de Administração Pública, Orçamento e Finanças

Documento assinado digitalmente
 TAINA FRANÇA VERONA
Data: 24/08/2026 17:12:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tainá França Verona
Engenheira Civil
Divisão de Consultoria Legislativa

7. Referências

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 574/2025.** Institui a Operação Urbana Simplificada Regeneração dos Bairros do Centro. Proposição do Executivo. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 2025. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/574/2025>. Acesso em: 24 ago. 2026.

BHAZ. *Prédio da Faculdade de Engenharia da UFMG pode virar moradia popular.* BH, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://bhaz.com.br/noticias/bh/faculdade-engenharia-ufmg-moradia-popular/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

ESTADO DE MINAS. *Fundação da Escola de Engenharia da UFMG é um marco na história de BH.* Belo Horizonte, 21 maio 2011. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/05/21/interna_gerais.228986/fundacao-da-escola-de-engenharia-da-ufmg-e-um-marco-na-historia-de-bh.shtml. Acesso em: 24 ago. 2026.

FREITAS, Marcelo. Os projetos que disputam a posse de um quarteirão abandonado no Centro de BH. *O Fator*, Belo Horizonte, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://ofator.com.br/informacao/os-projetos-que-disputam-a-posse-de-um-quarteirao-abandonado-no-centro-de-bh/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

FERREIRA, Fransciny. O projeto apresentado pela Prefeitura de Belo Horizonte ao governo federal para o antigo complexo da UFMG. *O Fator*, Belo Horizonte, 22 jul. 2026. Disponível em: <https://ofator.com.br/informacao/projeto-apresentado-pbh-governo-federal-antigo-complexo-ufmg/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

NICHOLLS, Rebeca; CUNHA, Rosiane. PBH recebe guarda provisória de antigo prédio da Escola de Engenharia da UFMG. *Rádio Itatiaia*, Belo Horizonte, 3 ago. 2026. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/brasil/sudeste/mg/pbh-recebe-guarda-provisoria-de-antigo-predio-da-escola-de-engenharia-da-ufmg/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

OLIVEIRA, Raíssa. Prédios da Escola de Engenharia da UFMG devem ser demolidos para construção de praça. *O Tempo*, Belo Horizonte, 11 ago. 2026. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/2026/8/11/predios-da-escola-de-engenharia>

[a-da-ufmg-devem-ser-demolidos-para-construcao-de-praca](#). Acesso em: 24 ago. 2026.

O TEMPO. *PBH quer fazer moradias populares em antigo prédio da UFMG*. Belo Horizonte, 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pbh-quer-fazer-moradias-populares-em-antigo-predio-da-ufmg-1.3296942>. Acesso em: 24 ago. 2026.

RÁDIO ITATIAIA. *Antigo prédio da Engenharia da UFMG segue abandonado há 15 anos e vira incógnita em BH*. Belo Horizonte, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/brasil/sudeste/mg/antigo-predio-da-engenharia-da-ufmg-segue-abandonado-ha-15-anos-e-vira-incognita-em-bh/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

RÁDIO ITATIAIA. *Antigo prédio da Escola de Engenharia da UFMG segue abandonado: 'Desperdício'*. Belo Horizonte, 18 dez. 2024. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/brasil/sudeste/mg/antigo-predio-da-escola-de-engenharia-da-ufmg-segue-abandonado-desperdicio/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

REDE 98. *Prédio da Engenharia pode virar distrito de inovação no Centro de BH*. Belo Horizonte, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://rede98.com.br/98-news/predio-da-engenharia-pode-virar-distrito-de-inovacao-no-centro-de-bh/>. Acesso em: 24 ago. 2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Avenida dos Andradas 3100 . Santa Efigênia . BH . MG
www.cmbh.mg.gov.br
31 3555.1100